

DÍVIDA EXTERNA***Brasil poderá pagar parcela dos atrasados***

Negociador da dívida diz que é impossível negociar o global até fim do ano

BRASILIA — O embaixador extraordinário da dívida externa, Jório Dauster, admitiu ontem que o governo pode fazer o pagamento de parte dos juros atrasados antes de fechar o acordo de renegociação do estoque da dívida. "Evidentemente, é impossível fazer a negociação global dentro do prazo de pagamento de parte dos juros, até o final do ano", reconheceu Dauster, que foi a Nova York, no início da semana, com a disposição de só aceitar pagar uma parcela dos juros diante da contrapartida dos bancos credores de concordar em renegociar o total da dívida.

O embaixador regressa de Nova York na segunda-feira à noite para retomar as conversações com o comitê dos bancos. Dauster, que chegou de manhã dos Estados Unidos e à tarde relatou à ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, as negociações dessa semana, revelou que o que está emperrando as discussões, agora, é o valor dos juros atrasados.

Segundo ele, o comitê dos bancos computa cerca de US\$ 8,5 bilhões de juros em atraso, mas inclui todos os juros e não apenas aqueles efetivamente depositados no Banco Central. O governo, por sua vez, reconhece como atrasados cerca de US\$ 6 bilhões, porque algumas empresas estatais não depositaram os juros no BC — ou seja, estão inadimplentes. O Brasil se dispõe a quitar 15% dos US\$ 6 bilhões, o que dá os US\$ 900 milhões mencionados esta semana.

Dauster relatou ter garantido ao comitê que o País não deixará de reconhecer como juros em atraso os cerca de US\$ 2,5 bilhões que não estão depositados no BC, até porque se trata de dívida com aval da União. Ponderou, contudo, ao comitê, que a questão envolve decisões internas de governo, passando inclusive por negociação com o Congresso.

Outro ponto de discórdia nas conversações dessa semana foi o pagamento do restante dos juros, que o Brasil deseja ver transformado em bônus com prazo de 15 anos e cinco de carência. Os bancos querem bônus de cinco anos, com remuneração pela Libor (taxa interbancária de Londres) e sem nenhuma carência, com o que não continua concordando o governo, pois o papel proposto pelos banqueiros, segundo Dauster, implicaria, sem a carência, num pagamento de US\$ 1 bilhão em 1991.